

Soberania digital e *Amazon Web Services*: desafios da autonomia tecnológica brasileira¹

Bruna Mendonça Sisonetto²
Universidade Federal Fluminense – UFF

RESUMO

Este estudo analisa as contradições inerentes às noções de soberania digital na relação entre o Brasil e a Amazon, com foco no modelo de soberania como serviço (Grohmann e Barbosa, 2024) operado pela AWS (*Amazon Web Services*). Através de análise documental, demonstra-se como a apropriação corporativa do conceito pela *big tech* esvazia seu potencial emancipatório, convertendo direitos fundamentais em commodities. O caso da Nuvem de Governo do Serpro (2025), que anuncia soberania enquanto terceira infraestrutura à AWS, materializa o paradoxo de uma "soberania fraca" (Polatin-Reuben e Wright, 2014), na qual protocolos de compliance mimetizam autonomia estratégica. Conclui-se que a hegemonia da Amazon no ecossistema digital brasileiro reforça relações de dependência tecnocoloniais (Castanheira, 2022).

PALAVRAS-CHAVE

soberania digital; Amazon Web Services; colonialismo de dados.

Noções de soberania digital

A questão central que norteia este trabalho emerge de um paradoxo contemporâneo: "Se os nossos próprios dados servem como insumo para que as tecnologias nos moldem, quem controla quem controla os dados?". Esta indagação revela a urgência em desvendar as disputas em torno da soberania digital, especialmente quando analisamos a relação assimétrica entre o Brasil e *big techs* estadunidenses. Neste caso, com foco na Amazon. Compreender essa dinâmica exige reconhecer que o termo "soberania digital" opera como um significante fluido (Couture e Toupin, 2019), cujos sentidos são constantemente ressignificados por atores com projetos políticos diversos. Neste contexto, a AWS (*Amazon Web Services*), detentora de 33% do mercado global de nuvem³, emerge como ator relevante na reconfiguração das relações de poder tecnológico no país.

¹Trabalho apresentado no GP Tecnologias e Culturas Digitais, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: brunasisconetto@id.uff.br

³ Ver em: <https://findstack.com.br/resources/cloud-computing-statistic>.

A análise documental do "Compromisso de Soberania Digital da AWS" (2024)⁴ expõe a sofisticada arquitetura discursiva da corporação ao admitir que "Embora não haja uma definição única de soberania digital", a Amazon instrumentaliza deliberadamente essa polissemia para posicionar seu modelo de "soberania como serviço" como alternativa superior às iniciativas estatais, estas classificadas como "nuvens soberanas limitadas". Tal estratégia é explicitada na alegação de que clientes estariam "preocupados com a possibilidade de escolher entre o poder total da AWS e uma solução de nuvem soberana com recursos limitados que poderia prejudicar sua capacidade de inovar, transformar e crescer" (AWS, 2025). Este duplo movimento de apropriação semântica, seguida de mercadorização de direitos, exemplifica o que Grohmann e Barbosa (2024) identificam como “soberania de *Big Tech*”, noção que esvazia discursos críticos e os converte em ferramentas de mercado.

No cenário brasileiro, essa contradição materializa-se de forma emblemática na Nuvem de Governo do Serpro (2025). Enquanto o discurso oficial proclama "soberania digital" e "operação exclusivamente no Brasil", a realidade operacional revela "parcerias com grandes provedores como AWS, Google e Huawei". Esta configuração consolida o modelo de soberania fraca (Polatin-Reuben e Wright, 2014), onde protocolos de compliance mimetizam autonomia estratégica. Como alerta Amadeu (2021), a racionalidade economicista que sustenta essa dependência ignora custos geopolíticos cruciais:

"Seria demasiadamente irracional e custoso criar outros produtos e soluções próprias, pois isso iria se confrontar com a ideia de obter o melhor pelo mais econômico. [...] Essa lógica reforça a colonialidade, uma vez que a margem de manobra para encontrar saídas longe da compra de serviços das grandes corporações seria muito pequena ou inexistente" (Amadeu, 2021 p.39).

A fragilidade dessa estrutura torna-se ainda mais evidente quando confrontada com dados da Carta Programa de Emergência para a Soberania Digital (2022), que revela que 79% das universidades públicas hospedam e-mails institucionais em servidores privados no exterior, sendo 72% sob controle direto da Google. Essa drenagem de dados sensíveis compromete não apenas a segurança nacional, mas também a produção científica estratégica, configurando o que Amadeu (2021) denomina colonialismo de dados.

Na esfera individual, a hegemonia de *big techs* como a Amazon impacta diretamente a soberania digital pessoal. Conforme definem Couture e Toupin (2019), essa

4 Ver em: [AWS Digital Sovereignty Pledge: Control without compromise | AWS Security Blog](#)

noção transfere o foco do coletivo para o indivíduo, enfatizando seu direito ao controle sobre dados, dispositivos e infraestruturas tecnológicas. Contudo, a barreira técnica para adoção de alternativas autônomas (como software livre e criptografia) impossibilita que a maior parte da sociedade consiga evitar a transformação de seus direitos fundamentais em produtos transacionáveis, onde a privacidade torna-se "privacidade premium". Como observa Sibilia (2024), essa dinâmica naturaliza a vigilância como preço do progresso, enquanto dados íntimos alimentam algoritmos corporativos.

A interseção dessas dimensões revela uma armadilha sistêmica. A fluidez conceitual do termo soberania digital, que poderia fomentar alternativas políticas, é cooptada por uma racionalidade mercantil que transforma direitos em commodities. O resultado é uma dependência circular: iniciativas de soberania terminam por reforçar as estruturas que pretendiam desafiar. No caso brasileiro, a diferença entre soberania real e retórica corporativa mede-se em dados estratégicos drenados e infraestruturas colonizadas. Romper esse ciclo exige políticas que rejeitem a falsa dicotomia entre eficiência técnica e soberania estratégica, priorizando o controle comunitário sobre ativos digitais.

Referências

AMADEU, Sérgio. Colonialismo de Dados: Como Opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

AWS. AWS Digital Sovereignty Pledge: Control without compromise. 30 nov. 2022. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/blogs/security/aws-digital-sovereignty-pledge-control-without-compromise/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

AWS. Parceiros de soberania digital. 2023. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/compliance/digital-sovereignty/partners/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CARTA SOBERANIA DIGITAL. Carta pela Soberania Digital. LabLivre, 2022. Disponível em: <https://cartasoberaniadigital.lablivre.wiki.br/carta/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COUTURE, Stéphane; TOUPIN, Sophie. What does the notion of "sovereignty" mean when referring to the digital? *New Media & Society*, v. 21, n. 10, p. 2305-2322, 2019. DOI: 10.1177/1461444819865984.

FINDSTACK. Cloud Computing Statistics. 2025. Disponível em: <https://findstack.com.br/resources/cloud-computing-statistics> . Acesso em: 18 jun. 2025.

GROHMANN, Rafael; BARBOSA, Suzy. Big Tech sovereignty: a framework for sociotechnical inquiry. Digital Culture & Society, v.10, n.1, 2024.

LEMOS, Grayce; ESPÍNDOLA, Marina Bazzo de; TOSATTI, Nayara Cristine Muller. Soberania digital: definições, desafios e implicações na era da dataficação. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, e-7364, 2024. DOI: 10.21728/logcion.2024v11e-7364.

POLATIN-REUBEN, David; WRIGHT, Joss. Sovereignty, surveillance and cyberspace: lessons from the BRICS. Proceedings of the 13th Annual Conference on Internet Governance, 2014.

SERPRO. Serpro amplia infraestrutura e fortalece Nuvem de Governo com aquisição de equipamentos. 2025. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2025/serpro-amplia-infraestrutura-fortalece-nuvem-de-governo-aquisicao-equipamentos/> . Acesso em: 18 jun. 2025.

SIBILIA, Paula. Yo me lo merezco: De la vieja hipocresía a los nuevos cinismos. Rio de Janeiro: Taurus, 2024.